

O abandono escolar pela comunidade cigana e seus reflexos nos tribunais superiores em Portugal

Francisco Mendes¹

Resumo: Para o CERD (2000), a comunidade Roma é objeto de discriminação na sua expressão mais acentuada, manifestando-se no plano da educação pelo forte absentismo e abandono escolar. Neste estudo pretendeu-se conhecer o reflexo do abandono escolar da comunidade cigana nos tribunais superiores, designadamente da Relação. Procedeu-se a uma pesquisa tendo sido identificados três acórdãos. Em dois desses acórdãos o abandono escolar não se constitui como o centro da decisão do tribunal e por isso foram desconsiderados. Dado o carácter paradigmático do Acórdão do TRL, procedeu-se à sua análise. Em síntese, uma rapariga de etnia cigana atingiu a menarca. Para os pais, de acordo com a tradição e cultura cigana, a criança deveria abandonar a escola como forma de preservar a sua “pureza”. A primeira instância decidiu que a frequência da escolaridade obrigatória cedia perante a cultura e tradição ciganas. O tribunal superior revogou a decisão impondo o “apoio junto dos pais”. Prevaleceu, pois, o superior interesse da criança.

Palavras-chave: cigano, escolaridade obrigatória, decisão judicial, dignidade da pessoa humana.

Abstract: For the Committee on the Elimination of Racial Discrimination (2000), the Roma community is an object of discrimination in its most severe expression, manifesting itself in educational terms through strong absenteeism and school dropout. In this study we sought to know the reflection of school dropout of the gypsy community in the higher courts, namely the Court of Appeal. In the www.dgsi.pt site, we undertook a survey and identified three judgments. In two of those judgements, school dropout is not the centre of the court's decision and were therefore disregarded. Given the paradigmatic character of the Lisbon Court of Appeal Judgment (TRL, 2012), we sought to analyse it. In short, a gypsy girl reached menarche. For

¹ Escola Superior de Educação e CI&DETS – Instituto Politécnico de Viseu – fmendes@esev.ipv.pt

parents, according to Gypsy tradition and culture, the child should leave school in order to preserve her "purity." The first instance court decided that compulsory school attendance gave way before the Roma culture and tradition. The high court overturned the decision imposing "support to parents". The child's best interests thus prevailed.

Keywords: gypsy, compulsory education, judicial decision, human dignity.

Introdução

Terá sido a partir da Índia que o povo cigano imigrou, com passagem pelo Egipto, Grécia, Roménia e, um pouco por toda a Europa já no século XV (Origem do povo cigano, n.d.). Os ciganos, desde sempre, conheceram a marginalização e a ostracização e foram objeto de perseguições um pouco por todo o lado. Aliás, reconhecendo esta situação, o Committee on the Elimination of Racial Discrimination (2000, p. 6) considera "the Roma communities among those most disadvantaged and most subject to discrimination in the contemporary world".

A European Commission (2014) aponta a ligação entre a exclusão social das crianças ciganas e o precoce/elevado abandono escolar, ou mesmo a não frequência da escola. E acrescenta que o abandono escolar na comunidade cigana é ainda mais elevado entre as raparigas porque, segundo a sua educação, estarão mais expostas ao assédio sexual, quer dos seus pares, quer de não ciganos. No que tange à comunidade Roma, no âmbito da Europa 2020, os Estados Membros são incitados a "to define and implement measures addressing the specific circumstances of groups at particular risk (such as one-parent families, elderly women, minorities, Roma, people with a disability and the homeless's. (European Commission, 2010, p.19).

Um outro aspeto de particular importância é o combate ao "anti-ciganismo". Sobre Portugal, a este propósito, o relatório da European Commission against Racism and Intolerance (ECRI, 2013, p.24) considera "que a Estratégia [Nacional para a Integração dos Ciganos] não erige como forma particular de racismo o anti ciganismo" e ilustra-o com a conduta de uma juíza que, em 2008, ao condenar cinco ciganos, os acusou de "“foras da lei”, desonestos e sujos e de dependerem inteiramente do auxílio do Estado" (ECRI, 2013, p.20).

Não obstante os progressos verificados, designadamente os mediadores socioculturais ciganos, que deveriam ser em maior número, o mesmo Relatório expressa preocupação pelo

aumento, em Portugal, dos *sites* racistas contra os ciganos, os abusos da polícia e ainda a violação da Carta Social Europeia Revista. Esta instituição internacional lamenta que Portugal, ainda, o não tenha feito e recomenda a ratificação do Protocolo n.º 12 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Em matéria de Educação, afirma aquele Relatório, menos de 10% dos ciganos portugueses terá concluído o segundo ciclo de escolaridade e, 52,3% não frequentaram a escola, verificando-se 36,9% de analfabetos funcionais e 9% de analfabetos.

Portugal, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/13 de 17/4 assumiu que, até 2020:

- 100% das crianças ciganas frequentaria pelo menos um ano de educação pré-escolar;
- 60% das crianças ciganas (masculinas e femininas) concluirá a escolaridade obrigatória;
- 30% concluirá o ensino secundário ou uma formação profissional;
- 3% acederá ao ensino superior;
- 150 membros da comunidade cigana deverão ser formados para colaborar nas escolas.

Sobre a Educação das crianças ciganas, o ECRI (2013) aponta aspetos, quer da comunidade não cigana, quer cigana, que obstam à sua integração escolar, com os resultados que são conhecidos. E, estes obstáculos, tornam-se ainda mais fortes dentro da comunidade cigana quando se trata de raparigas ciganas.

A Lei Constitucional n.º 1/05 de 12/8 (LC), no seu artigo primeiro, sustenta que Portugal é uma República baseada na dignidade da pessoa humana. Iluminada por este princípio constitucional e fundamental, a LC consagra o princípio da universalidade (art.º 12.º), e confere aos cidadãos um estatuto de igualdade e, simultaneamente, impede a sua discriminação em razão de “de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.” (art.º 13.º) E, no seu art.º 15.º, estatui a igualdade dos estrangeiros, apátridas e cidadãos europeus aos cidadãos portugueses, em matéria de direitos e deveres.

Integram-se ainda nas obrigações constitucionais do Estado proteger as crianças com “vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições” (art.º 69.º); “assegurar a democratização da educação contribuindo para a igualdade

de oportunidades e superação das desigualdades económicas, sociais e culturais” (art.º 73.º); “assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito” (art.º 74.º, n.º 2 a)).

No que concerne à família, a Constituição da República assegura que

5. Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos.

6. Os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial (art.º 36.º)

A lei ordinária, nomeadamente o Decreto-lei n.º 47344/66, de 25/11, consagra a inibição (art.º 1913.º) e as limitações ao exercício das responsabilidades parentais (art.º 1915.º). O mesmo diploma legal prevê um regime a aplicar nas circunstâncias em que não se verifique a inibição das responsabilidades parentais, mas a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo. Nestas circunstâncias pode o tribunal “decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência” (art.º 1918.º).

Por fim, e especificamente em matéria de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, rege a Lei 147/99 de 1/9. Neste âmbito, cada caso é um caso. Nesse sentido o legislador concedeu ao aplicador da Lei uma ampla margem de discricionariedade (que não se confunde com o livre arbítrio). Com efeito, para além do recurso a conceitos indeterminados, prevalece o princípio do inquisitório sobre o do dispositivo, o da equidade sobre o da legalidade, bem como a reversibilidade das decisões. Assim sendo, importa conhecer a jurisprudência dos tribunais portugueses, embora aos tribunais superiores apenas tenham chegado um reduzido número de casos.

É objetivo deste trabalho identificar os acórdãos dos tribunais superiores relativamente ao abandono escolar da comunidade cigana e analisar criticamente o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao processo 783/11.2TBBRR.L1-1.

Material e métodos

O universo em estudo integra todos os processos que foram disponibilizados no site www.dgsi.pt até 17 de fevereiro de 2015 e que, em sede de recuso, subiram ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e aos Tribunais da Relação de Lisboa (TRL), Porto (TRP), Coimbra (TRC), Guimarães (TRG) e Évora (TRE).

Para delimitar a pesquisa foram utilizados os termos que se afiguraram mais relevantes. No *output* produzido pela pesquisa constatou-se que a larga maioria dos processos referentes à comunidade cigana, não se integrava no domínio do presente texto, tendo sido excluídos.

A amostra integra 3 acórdãos, sendo 1 do TRL e 2 do TRE.

Resultados

No processo 290/09.3TMFAR.E1, o TRE, em função da prova produzida, sustentou a decisão da primeira instância de confiança da criança com vista à sua futura adoção, tendo o problema do abandono escolar sido ultrapassado, ainda que de forma indireta.

No processo 155/09.9TMFAR.E1, que em sede de recurso foi apreciado pelo TRE, o abandono escolar refere-se à progenitora do menor em perigo e não ao menor propriamente dito. Nesse sentido, o processo não se integra no âmbito do presente trabalho.

Dado o seu carácter paradigmático, abordaremos o Acórdão referente ao processo 783/11.2TBBRR.L1-1 que foi objeto de análise pelo TRL, em 20 de Março de 2012. Em súmula, o Ministério Público (M.P.) requereu a instauração de um processo de promoção e proteção, alegando que a menor A., nascida em 1996, abandonou a escola, no ano letivo 2009/10, numa altura em que se encontrava a frequentar o 8.º ano de escolaridade i.e., a escolaridade obrigatória.

A sua progenitora, de etnia cigana, sustentou que o abandono escolar se fundava na circunstância da menor ter atingido a menarca e, de acordo com a cultura e tradição cigana, esta conduta era a única compatível com a manutenção do estado de “pureza” da menor.

Num primeiro momento foi proposta a medida prevista no art.º 35.º, n.º 1, a) da Lei 147/99 de 1/9 - **apoio junto dos pais** -. Todavia, tal medida não se concretizou dada a oposição dos pais da menor.

Em sede de primeira instância, o juiz realça a existência de valores constitucionais e legais (lei ordinária) conflituantes mas considera que “as razões culturais aduzidas pela menor e respetiva família de etnia cigana se sobrepunham ao imperativo constitucional e do Estado português que obrigam os jovens nacionais a frequentar o ensino até ao *terminus* da escolaridade obrigatória” (Acórdão TRL, 2012, Direito, parágrafo 1). Nesse sentido determinou o arquivamento dos autos, nos seguintes termos “Pelo exposto, e considerando que a menor A não se encontra em situação de perigo que justifique a intervenção judicial, determino o

arquivamento dos autos, nos termos do art.º 111º, da Lei nº 147/99, de 01/09” (Acórdão TRL, 2012, Decisão Texto integral, parágrafo 13).

Inconformado, o M.P. recorreu de decisão sustentando que o abandono escolar da criança coloca em risco o seu desenvolvimento integral e integração profissional futura, sem que os pais se oponham a tal situação.

A proteção constitucional das crianças está vazada, entre outras, na Lei 147/99 de 1/9, que legitima nos seus art.ºs 7.º, 8.º e 11.º, a intervenção, sempre subsidiária, das entidades com competência em matéria de infância e juventude, das comissões de proteção de crianças e jovens e, por fim, judicial. Todavia, tal intervenção apenas pode ocorrer quando a criança está em perigo. Tal conceito, sem carácter taxativo, está definido no art.º 3.º da referida Lei que consagra no seu n.º 2, alínea f).

[A criança/jovem] Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Na mesma Lei, o legislador plasmou um conjunto de princípios orientadores da intervenção em crianças e jovens em perigo (art.º 4.º), sopesando os interesses e direitos em confronto. Desde logo, a intervenção deve assegurar a realização do superior interesse da criança e do jovem (art.º 4.º a), ter lugar numa perspetiva de proporcionalidade e de atualidade (art.º 4.º e), sem prejuízo da prevalência da família (art.º 4.º g) e das responsabilidades parentais (art.º 4.º f).

Também as convenções internacionais, *maxime* a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, assim como a legislação nacional, designadamente a Lei Constitucional, o Código Civil e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, asseguram aos pais (família) um vasto conjunto de direitos que, apenas aparentemente, são incompatíveis/inconciliáveis com os direitos da criança. É certo que estamos perante, pelo menos, dois direitos – o da criança por um lado e o dos pais por outro – mas dúvidas não restam de que deve prevalecer o superior interesse da criança. Desde logo, *ex vi* art.º 8.º, n.º 2 da LC n.º 1/05 de 12/8, aquela convenção, no art.º 2.º, n.º 2, impõe ao Estado Português a tomada de medidas que protejam a criança contra todas as formas de discriminação ou de sanções

decorrentes da situação jurídica, de atividades, opiniões ou convicções de seus pais... e, o art.º 3.º impõe que todas as decisões adotadas por ...tribunais... relativas a crianças, tenham primordialmente em conta o superior interesse da criança... tendo em conta os direitos e deveres dos pais. Fica claro que prevalece o superior interesse da criança face aos restantes direitos em presença, de contrário não seria admissível que os filhos pudessem ser separados dos pais, contra a vontade destes, mesmo em caso de incumprimento das suas responsabilidades parentais.

Na nossa modesta opinião, e no caso vertente, a criança não se encontraria em perigo eminente mas, certamente, que o abandono escolar se integra na situação de perigo, tal como consignada no art.º 3.º, n.º 1 da Lei 147/99 de 1/9. Aliás, foi à luz deste mesmo entendimento que se verificou a sinalização da criança na CPCJ, por abandono escolar, e os técnicos propuseram medidas que permitissem afastar ou mitigar esse mesmo perigo. O tribunal *a quo*, com tal decisão, não assegurou que a criança cigana tinha a mesma dignidade que qualquer outra (art.ºs 1.º e 13.º da LC, n.º 1/05 de 12/8), não podendo ser objeto de discriminação, *in casu*, privação do direito à educação (art.º 73.º e 74.º da LC, n.º 1/05 de 12/8), e do dever de frequentar a escolaridade obrigatória, prevista no art.º 6.º, n.º 1 da Lei 46/86 de 14/10. Por outro lado, foi descurado o direito consagrado no art.º 69.º da LC, que reclama para a criança a proteção “(...) contra o exercício abusivo da autoridade na família (...)”.

Não foi dado cumprimento ao princípio da prevalência do superior interesse da criança, que decaiu face a determinadas práticas culturais da comunidade cigana que, de alguma forma, são atentatórias de direitos consagrados na LC, n.º 1/05 de 12/8, qual seja o direito à educação e ao integral desenvolvimento do ser humano. O legislador, através do art.º 35.º da Lei 147/99 de 1/9, estatui um conjunto de medidas de promoção dos direitos e de proteção que, aplicadas com respeito pelos princípios acima enunciados, podem ir do *apoio junto dos pais* (alínea a), passando pelo *acolhimento em instituição* (alínea f) e culminando na *confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção* (alínea g). Ou seja, constatada a situação de perigo, em sede de comissão de proteção de crianças e jovens, são propostas medidas cuja aplicação exige a concordância dos pais e a não oposição da criança (se a idade for igual ou superior a 12 anos - sem prejuízo do juiz avaliar a capacidade de entendimento da criança, se for de idade inferior - permitindo o afastamento da criança da situação de perigo em que se encontra. Tais medidas, com exceção da alínea g), que é da

exclusiva competência do tribunal, permitem conciliar o superior interesse da criança e os direitos/interesse dos pais.

O Tribunal da Relação de Lisboa, interpretando de modo diverso da primeira instância a factualidade descrita no processo, subsumiu-a à norma ínsita no art.º 3.º da Lei 147/99 de 1/9, revogando a decisão da primeira instância e ordenando o prosseguimento dos autos para aplicação, à menor, da medida prevista no art.º 35.º, n.º 1, alínea a), tal como originariamente tinha sido proposto ao tribunal de primeira instância. Como sustentou o M.P no recurso

Ao considerar que a situação da jovem não enquadra uma situação objetiva de risco para a sua educação e desenvolvimento e determinar o arquivamento dos autos, apenas porque a menor integra a comunidade cigana que desvaloriza a escola, a decisão proferida não respeitou o superior interesse da jovem e o seu direito à educação (Acórdão TRL, 2012, Decisão Texto Integral, parágrafo 21).

O entendimento do Tribunal da Relação não se traduz no desvalor do art.º 30.º da Convenção sobre os Direitos da Criança. Como bem refere o Acórdão 2581/09.4TQLSB.L1-5 do TRL (2011, Decisão Texto Integral, parágrafo 141), embora proferido num outro contexto, a “ preocupação com a não destruição das especificidades características das minorias étnicas, ainda para mais se padecendo de consabidas dificuldades de inserção sócio económica e cultural, não pode conduzir-nos à lassidão (...)”.

A medida proposta pelo TRL (apoio junto dos pais), recorde-se que a mesma já tinha sido proposta anteriormente e fora recusada pelos pais, compreende-se como primeira proposta de resolução, procurando respeitar os princípios da intervenção mínima e da prevalência da família, entre outros, mas antecipa-se, a possibilidade de a decisão dos pais voltar a não ser muito diferente daquela que já tinham tomado antes. E, no entanto... a criança continua a crescer... ou, como refere Manata (2008, p. 8)

O tempo para uma criança tem um significado completamente diferente do que aquele que encontramos quando nos reportamos a um ser adulto. O processo de desenvolvimento do menor não pára e, por isso, as intervenções necessárias para a defesa do seu superior interesse têm de ser oportunas. Daí que os processos de promoção e

proteção tenham carácter urgente e muitas das intervenções que nele se justificam tenham de ser tomadas imediatamente. Porém e pela mesma razão, também importa referir que situações ocorrem em que uma intervenção precipitada e que não respeite o tempo da criança pode produzir resultados catastróficos.

Não especificamente centrada sobre a comunidade Roma, a Tabela 1 mostra o abandono escolar em Portugal perspectivado a partir dos últimos 4 Relatórios Anuais de Avaliação da Atividade das CPCJ. Apesar da tendência decrescente, regista-se um elevado número de processos instaurados por abandono escolar, agravado pela situação crescente e indesejável do aumento das situações de perigo em que esteve em causa o Direito à Educação.

Tabela 1. Caracterização dos processos existentes nas CPCJ, em função de categorias relativas à educação e ao abandono escolar.

Abandono escolar.											PORDATA Abandono precoce de educação e formação ^(a)
Ano	Negligência		Negligência a nível educativo		CJCP				Abandono escolar		
					Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação						
					Existentes		Instaurados				
	F	%	F	%	F	%	Total	Carat.	F	%	%
2013	18910	25,5	249	16,6	12152	16,3	5551	5441	2409 ^(b)	44,3	18,9
2012	20902	30	351	18,5	10447	15	4643	4643	2368 ^(b)	52,2	20,5
2011	22696	33,1	78 ^(c)	17	9737	14,2	3883	3867	2905 ^(b)	74,8	23
2010	22564	38,2	-	-	-	-	-	-	7856	13,3	28,3

(a) Percentagem de pessoas entre os 18-24 anos que deixou de estudar sem ter completado o secundário, (b) Dados referentes aos processos que foi possível caracterizar e que foram instaurados no ano em causa, (c) Por alterações metodológicas de recolha de dados por parte da CPCJ, os dados referentes a processos instaurados a partir de 9/2011.

Paralelamente, procurámos conhecer a expressão do abandono escolar da sociedade portuguesa junto dos tribunais superiores e, embora o número de acórdãos integrados no descritor seja de algumas dezenas, uma análise mais minuciosa revela que apenas 11 acórdãos se integram efetivamente no âmbito do termo abandono escolar (Tabela 2).

Tabela 2. Frequência de acórdãos obtidos a partir do descritor abandono escolar.

Tribunal da Relação	Acórdãos integrados no output do descritor abandono escolar	Acórdãos especificamente centrados sobre abandono escolar
Porto	68	3
Lisboa	55	5
Coimbra	26	1
Guimarães	19	1
Évora	42	1

Ou seja, *mutatis mutandis*, vale para a comunidade em geral o que se disse sobre a comunidade cigana. E, apesar dos dados da PORDATA (2015) apontarem para uma diminuição

progressiva das situações de abandono precoce, a verdade é que ainda falta percorrer um longuíssimo caminho.

Por fim, mas não menos importante, a Estratégia Nacional para Integração dos Ciganos aponta como meta para 2020 a conclusão da escolaridade obrigatória por 60 dos ciganos em idade escolar, quando, em Portugal, a meta de 100% é um imperativo legal para todas as crianças, já hoje em 2015.

Conclusões

Os processos de proteção e promoção dos direitos das crianças são matéria particularmente delicada onde convergem direitos e interesses muito distintos. Esta dificuldade é potenciada porque, diversamente de outros processos, a solução não é passível de conversão em indemnização. Concordando com o juiz de primeira instância, sobre a existência de valores constitucionais e legais (lei ordinária) conflituantes na resolução deste processo, não podemos no entanto ignorar a hierarquia desses mesmos valores constitucionais E, no caso vertente, na nossa modesta opinião, dúvidas não restam de que deve prevalecer o superior interesse da criança, sobre o entendimento dos pais relativamente à necessidade de manter a “pureza” da criança segundo a tradição e cultura ciganas. Tanto mais que a privação da educação é uma situação de perigo efetivo e, a quebra da “pureza” é apenas potencial.

Sobre o abandono escolar da comunidade cigana, para além dos acórdãos referenciados, porventura outros existirão mas que, ou por não constar do seu texto os descritores pesquisados ou por as decisões da primeira instância não terem subido aos tribunais superiores, não foi possível consultar. Todavia, atendendo ao número de ciganos que não frequentaram a escola, ou que a abandonaram sem cumprir a escolaridade obrigatória, estaremos perante um número muito reduzido de processos de promoção e proteção que, no estrito cumprimento da lei, deveriam ter sido instaurados.

Não ignoramos que muitos foram os casos debelados ao nível da CPCJ e, muitos outros pelos tribunais de primeira instância (ou pelo menos não foram objeto de recurso). Apesar da décalage temporal que sempre medeia entre a sinalização do caso concreto e a decisão dos tribunais da relação, a grandeza dos números sobre o abandono, quer pela comunidade cigana, quer pela comunidade em geral, não pode deixar de nos interpelar face ao parco número de acórdãos identificados sobre esta matéria. É certo que os resultados permitem uma leitura

otimista - os casos foram resolvidos a montante – mas, também admitem uma interpretação menos bondosa e bem mais preocupante.

Referências bibliográficas

- Alvarez, D., & Costa, M. C. (2014). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2013*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_Avaliacao_CPCJ_2013.pdf
- Alvarez, D., Santos, L., Bandeira, N., & Carvalho, R. (2013). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2012*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=3453&m=PDF
- Alvarez, D., Santos, L., Costa, M. C., Teixeira, S., Carvalho, R., & Vidal, F. M. (2012). *Relatório Anual de avaliação da atividade das CPCJ no ano de 2011*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/Relatorio_2012_28maio.pdf
- Carvalho, R., Alvarez, D., & Santos, L. (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens no ano de 2010*. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. Obtido de http://www.cnpcjr.pt/%5Cdownloads%5CRelatorio_Final_2011%20_21.05.2012_.pdf
- Committee on the Elimination of Racial Discrimination. (2000). *General recommendation XXVII on discrimination against Roma*. Obtido de <http://www.refworld.org/docid/45139d4f4.html>
- Decreto-lei n.º 47344/66, de 25/11 (1966) Código Civil (versão atualizada pela Lei n.º 82/2014, de 30/12). Diário da República n.º 251/2014, Série I.
- European Commission. (2010). *Europe 2020. A strategy for smart, sustainable and inclusive growth*. Bruxelas. Obtido de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF>
- European Commission Directorate-General for Justice. (2014). *Report on discrimination of Roma children in education*. Bélgica. Obtido de http://ec.europa.eu/justice/discrimination/files/roma_childdiscrimination_en.pdf
- Lei 147/99 de 1/99 (1999). Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Diário da República n.º 204, I Série-A. Assembleia da República.
- Lei Constitucional n.º 1/05 de 12/8 (2005). Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 155, I Série - A. Assembleia da República.
- Manta, C. (2008). “...no superior interesse da criança”. Obtido de www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=2249&m=DOC
- Comunidade Espírito Gitano. (2005). *Origem do povo cigano*. Obtido de <http://www.espiritogitano.net/origem.htm>
- PORDATA. (s/d). *Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo - Portugal*. Obtido de <http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+abandono+precoce+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+forma%C3%A7%C3%A3o+total+e+por+sexo-433>
- European Commission against Racism and Intolerance. (2013). *Relatório sobre Portugal (quarto ciclo de controlo)*. (Ed.). Estrasburgo: Conselho da Europa. Obtido de <http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/Country-by-country/Portugal/PRT-CbC-IV-2013-020-PRT.pdf>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/13 de 17/4 (2013). Diário da República n.º 75, I Série - A. Conselho de Ministros.
- Tribunal da Relação de Évora (2010). *Acórdão sobre o processo 155/09.9TMMFAR.EI*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/5e2969916b3bdbd380257de10056f9ec?OpenDocument&Highlight=0,protec%C3%A7%C3%A3o,menor,cigano>

- Tribunal da Relação de Évora (2012). *Acórdão sobre o processo 290/09.3TMFAR.EI*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/5e2969916b3bdbd380257de10056f9ec?OpenDocument&Highlight=0,protec%C3%A7%C3%A3o,menor,cigano>
- Tribunal da Relação de Lisboa (2011). *Acórdão sobre o processo 2581/09.4TQLSB.LI-5*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/b8178f884ae9311680257839004b8de2>
- Tribunal da Relação de Lisboa (2012). *Acórdão do processo 783/11.2TBBRR.LI-I*. Obtido de <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/75074309b70e7a8c802579ce00464024?OpenDocument&Highlight=0,protec%C3%A7%C3%A3o,menor,cigana>
- UNICEF. (1989). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Obtido de https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf